



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE  
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**  
**Ata da 38ª reunião, realizada em 23 de outubro de 2019**

1 Em 23 de outubro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à  
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política  
3 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Cláudio  
6 Vieira Castro, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
7 Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
8 Econômico (Sede); Ivonice Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE);  
9 Newton de Carvalho Junior, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo  
10 (Secult); Isadora Martin Vianna, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas  
11 Gerais (Fapemig); Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de  
12 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Frederico  
13 Drumond Martins, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
14 (ICMBio). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da  
15 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto  
16 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
17 Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do  
18 Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Lígia Vial Vasconcelos, da Associação  
19 para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro  
20 Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio Paranaíba.  
21 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente  
23 Cláudio Vieira Castro declarou aberta a 38ª reunião da Câmara de Proteção à  
24 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**  
25 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Lígia Vial Vasconcelos:  
26 “A respeito de um recurso que a Amda impetrou sobre uma decisão da CPB, eu  
27 não sei se já chegou a ser analisado, sobre a questão de plano de manejo em  
28 unidade de conservação. Se teria previsão de quando seria pautado.”  
29 Presidente Cláudio Vieira Castro: “Está em fase final de análise e há uma  
30 probabilidade grande de entrar na próxima pauta. Caso contrário, seria na outra,  
31 em seguida. Mas está sendo trabalhado para a próxima pauta.” Conselheiro  
32 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Está se realizando neste momento, começando  
33 agora às 9h, na localidade chamada Ladainha, no Norte do Estado de Minas  
34 Gerais, perto de Teófilo Otoni, o que está sendo chamado de ‘Encontros do  
35 Sisema com o Produtor Rural’. Alguns de vocês têm conhecimento desse  
36 encontro. É uma ideia da Secretaria de Meio Ambiente, teoricamente, para

37 ajudar o produtor rural em alguma questão de dúvida ligada ao meio ambiente.  
38 Já realizou um encontro desse em Araguari. O que aconteceu em Araguari não  
39 foi realmente o que está sendo divulgado como objetivo desses encontros que a  
40 SEMAD está promovendo com o produtor rural, mas não é essa a questão que  
41 eu quero colocar. Quando chegou a notícia desse encontro lá na cidade de  
42 Ladainha, nós perguntamos por que Ladainha, por que não em Teófilo Otoni,  
43 que é uma cidade polo, tem mais jeito de fazer mobilização, poderia ser  
44 cumprida com mais efetividade a finalidade do encontro. E aí nós recebemos a  
45 notícia de que encontro estava sendo feito em Ladainha porque tinha muitos  
46 problemas dos produtores rurais com a administração do IEF local. E que  
47 problemas são esses? Ladainha está quase que 100% dentro da Área de  
48 Proteção Ambiental do Vale do Mucuri, e por causa disso os problemas. Mas  
49 que problemas? É que os produtores rurais não reconhecem que, estando  
50 dentro de uma área de proteção ambiental, eles teriam limitações de operação.  
51 'O pasto que eu tinha não vai poder continuar sendo passo do mesmo jeito, a  
52 lavoura de milho que eu tinha não vai poder continuar sendo do mesmo jeito, eu  
53 tenho limitações.' Ou seja, a ocorrência do parque na região, especialmente em  
54 Ladainha, trouxe essa restrição ao uso. O plano de manejo da APA do Mucuri  
55 foi aprovado nesta CPB. Na ocasião da implantação do plano de manejo, eu  
56 pedi vista ao processo e no meu relatório de vista eu pedi que fosse excluído do  
57 plano de manejo: 'Com essas breves considerações, a minha proposta é pela  
58 exclusão de toda a matéria contida no plano de manejo que restrinja, proíba a  
59 realização de atividades produtivas no meio rural ou sua continuidade, tal como  
60 exploração de lavouras, criação de animais, reflorestamento...' Esse foi o meu  
61 relatório de vista, e ele foi aprovado. Naquela reunião de abril de 2018, o plano  
62 de manejo foi aprovado com a exclusão de qualquer procedimento de restrição  
63 das atividades produtivas. Que história é essa, se de lá está vindo a notícia de  
64 que as multas estão pesadas, permanentes, constantes e muitas? Eu não sei se  
65 é verdade. A informação foi dada pelo Escritório do IEF. Nós estaríamos diante  
66 de uma questão absolutamente complicada, ou seja, o plano de manejo  
67 aprovado aqui no COPAM, através da CPB, não sendo obedecido lá. Como eu  
68 não estou em Ladainha, como eu não sei o que significam esses encontros de  
69 Sisema, como o produtor rural não procurou a Faemg, enfim, eu não sei. Eu  
70 acho, senhor presidente, que isso deveria ser uma preocupação do IEF. Eu  
71 tentei ter acesso ao plano de manejo pela internet e não consegui, conversei  
72 com a Renata, umas três ou quatro vezes, para ver o que está dentro do plano  
73 de manejo e não fui exatamente feliz. Então eu estou comunicando isso aqui  
74 nesta reunião e espero que essa questão seja esclarecida." Presidente Cláudio  
75 Vieira Castro: "Registrada a manifestação do conselheiro, nós vamos avaliar  
76 essa situação." **Parque Estadual Serra do Rola Moça**. Foi feita a exibição de  
77 um vídeo institucional comemorativo dos 25 anos do Parque Estadual Serra do  
78 Rola Moça, produzido pela equipe da Assessoria de Comunicação do Sisema.  
79 Manifestações. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: "Eu acho importante,

80 primeiro, parabenizar a equipe do IEF pela produção desses vídeos e a  
81 divulgação das unidades de conservação. O conhecimento realmente é a única  
82 forma de preservação. Nós temos que levar isso para a sociedade, isso tem que  
83 ser feito, com certeza. Parabenizar a equipe. Mas eu acho que, como Câmara  
84 de Proteção à Biodiversidade, não podemos deixar de levantar alguns pontos. É  
85 um parque que atua muito, e é importante lembrar alguns pontos colocados,  
86 inclusive no vídeo. Por exemplo, a questão de animais domésticos dentro da  
87 área do parque é uma coisa que viemos falando há muito tempo, uma coisa que  
88 a Amda vem falando há muito tempo dentro das Câmaras licenciadoras do  
89 COPAM, que vem sendo totalmente negligenciada, como se fosse uma coisa  
90 totalmente sem importância. Nós viemos pedindo, inclusive, na implantação dos  
91 condomínios, que haja regras para cercamento dessas áreas, porque o que  
92 mais tem hoje é predação da fauna silvestre por animais domésticos. Isso é um  
93 grave problema nas áreas, e no Rola Moça isso é mais grave, porque é cercado  
94 por condomínios, sem regras, e aí nós vemos, além dos animais que são  
95 abandonados, os animais de proprietários de sítios caçando a fauna dentro do  
96 parque. Esse é um grave problema no Estado inteiro, nós temos pouquíssima  
97 ação de efetividade contra esses abandonos dentro do parque. Nós temos  
98 tentado e agora vamos tentar através do convênio com a Vale, que é aplicado  
99 dentro do parque, para instalação pelo menos de placas nos locais falando que  
100 é proibido abandonar animal, dizendo que está sujeito a penas. Nem isso tem  
101 dentro do Rola Moça, que é um parque que está do lado de Belo Horizonte,  
102 onde as pessoas passam diariamente. Eu acho que é uma questão que tem  
103 sido negligenciada há muito tempo pelo poder público. As coletas de planta são  
104 outra questão. Nós temos tentado, exaustivamente, e agora estamos nos  
105 reunindo com o secretário de Defesa, municipal, para tentar envolver mais a  
106 Guarda Municipal. Eles pediram, inclusive, que a gente dê curso para eles, para  
107 entender sobre a questão da flora silvestre, a própria Guarda Municipal, para ver  
108 se eles ajudam na fiscalização. Outro dia viemos aqui à SEMAD, em uma  
109 reunião com a Subsecretaria de Fiscalização, e na esquina aqui tinha uma  
110 pessoa vendendo diversas orquídeas coletadas no Rola Moça. O cara foi  
111 embora na hora em que chegamos lá. Isso é constante, se forem agora a essa  
112 região vocês vão achar gente vendendo orquídea coletada no Rola Moça. Ou  
113 seja, também é uma questão totalmente negligenciada pelo poder público. Nós  
114 temos que valorizar as unidades e saber colocar os problemas para tentar  
115 melhorar. E tem outras coisas, como a questão de atropelamento de fauna  
116 dentro da rodovia. Nós temos catalogado, fotografado. Outro dia pegamos um  
117 gato-mourisco – altamente ameaçado de extinção – atropelado dentro do Rola  
118 Moça. Nós colocamos uma placa lá mostrando a importância de redução de  
119 velocidade, porque às vezes as placas colocadas são pequenas, e as pessoas  
120 nem sabiam que estavam atravessando uma unidade de conservação de  
121 proteção integral. Então temos que fazer, talvez, monitoramento de onde há  
122 mais passagem de falta para implantação de redutores de velocidade, de

transposição de fauna com mais eficiência, já que é uma área cada vez mais usada. E agora com asfaltamento de Casa Branca a Inhotim vai ser mais usado ainda para acessar o Inhotim, ou seja, cortando uma unidade de conservação de proteção integral com alto tráfego de veículos. Ou seja, a questão de atropelamento de fauna vai se agravar. Por fim, mais grave que eu acho que temos que colocar é a questão fundiária. Desde que o Rola Moça foi criado, há mais ou menos 30 anos, o Estado não fez aquisição de nenhuma área com problema fundiário. O parque foi criado com doação de uma grande área pela então MBR, se não me engano, mas há diversas áreas com conflitos fundiários e essas áreas estão paradas. Uma coisa que a Amda tem colocado muito para o órgão ambiental é a questão de se adquirir essas áreas mesmo para a regularização fundiária. É importante, como foi lembrado, que as unidades de conservação abastecem grande parte da região metropolitana. Uma coisa que nós vamos até discutir aqui em outro item, que eu acho que é a grande ameaça hoje do Rola Moça, que também é tratado com negligência pelo poder público, é o isolamento geográfico dessa unidade de conservação. Não adianta criar 4 mil hectares e cercar a unidade de conservação para expansão urbana e mineração. A longo prazo, essa unidade está definhando e vai morrer. Não sou eu quem está dizendo, são milhares de pesquisas. Eu posso trazer e colocar aqui, isso é fato e consenso. Se todos os setores não se unirem e não entenderem a importância de se fazer a conectividade dessas unidades de conservação através de corredores e implantação dessas áreas, em longo prazo, nós estamos condenando essas unidades de conservação a definhar. Como foi colocado no vídeo que é uma espécie em extinção, uma onça-parda precisa de 5 mil hectares para se alimentar, ou seja, o parque é insuficiente para uma onça-parda. Então nós vamos, na cadeia, só diminuindo a quantidade de animais. Sem animais, não há polinização, não há floresta, e sem isso não há água. Nós precisamos tratar isso com mais rigor, não adianta criar a unidade, e o licenciamento ser um total dissenso. Eu posso trazer imagem do parque aqui que não foi colocada e mostrar que o parque está sendo inteiramente cercado por expansão urbana e mineração. Se não houver um plano de Estado para criar áreas de conexão e corredor ecológico entre essas unidades de conservação que abastecem Belo Horizonte, a longo prazo, nós estamos condenando a nossa produção de água em Belo Horizonte. Isso é fato e tem que ser tratado com mais rigor e mais seriedade pelo Estado. Eu parabeno o IEF, nós temos que divulgar, é um vídeo muito bem-feito, mas lembrar que existem problemas sérios que precisam ser tratados pelas unidades de conservação.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu também quero dar parabéns para o IEF pela manutenção do parque e pela iniciativa de divulgar. Eu não tenho o conhecimento que a Lígia tem, acho que devem, sim, levantar as questões que existem, mas fiquei otimista quando vi essa apresentação. Eu vou sempre ao Rola Moça, sempre tenho reuniões por lá. E a respeito da minha fala sobre a APA do Vale do Mucuri, eu fiz uma exposição e

166 não pedi nenhum esclarecimento. Eu queria saber, e não precisa ser na próxima  
167 reunião: nos documentos em que pesquisei, eu não encontrei evidências de que  
168 o meu relatório de vista foi acatado. Na parte de decisões, tem que o plano de  
169 manejo foi aprovado, mas não está escrito que foi aprovado com a proposta do  
170 conselheiro Carlos Alberto de exclusão das áreas de restrição.” Presidente  
171 Cláudio Vieira Castro: “Em relação a essa questão, nós tomamos conhecimento  
172 ontem a partir do contato que você fez. Estamos examinando essa questão,  
173 verificando se, de fato, foi aprovado ou se não foi aprovado, se tem que voltar à  
174 CPB. Neste momento, eu não tenho ainda uma posição. Mas só informar  
175 realmente que o assunto está sendo discutido. Em relação à manifestação da  
176 conselheira Lígia, eu só ressalto que, de fato, está aí a grande oportunidade. Se  
177 tudo estivesse pronto, não tinha sentido estarmos juntos discutindo as questões.  
178 Que bom que temos essa oportunidade a partir desse instrumento de gestão,  
179 que enfrenta diversos desafios, justamente pela proximidade que tem da área  
180 urbana. Essas unidades de conservação que estão próximo das áreas urbanas  
181 se revestem de uma complexidade maior e exigem de nós, realmente, muitos  
182 desafios, muitas discussões. E o que eu posso assegurar é que esse espaço  
183 existe dentro do órgão e que o órgão está aberto a que realmente promovamos  
184 uma discussão. E a expectativa de todos nós é de que, de fato, cheguemos a  
185 um consenso técnico necessário para todas essas problemáticas e todos esses  
186 assuntos que envolvem as unidades de conservação. E nas diversas áreas, não  
187 somente aquelas próximas das áreas urbanas. Regularização fundiária, por  
188 exemplo, realmente é um grande desafio. Eu entendo que esse é um desafio  
189 em nível nacional, inclusive, não é uma realidade só de Minas Gerais, e que  
190 precisa ser enfrentado realmente em todas as instâncias. Mas há uma  
191 disposição muito grande do IEF no sentido de que isso venha a ser discutido  
192 realmente. A nossa equipe está muito empenhada. Nós trabalhamos  
193 diariamente com esses temas sendo discutidos por nossas equipes técnicas.  
194 Enfim, os avanços às vezes demoram um pouco realmente. Há um nível de  
195 amadurecimento mesmo que precisa ser atingido, mas há uma firme disposição  
196 no sentido de se discutir esses assuntos. E me conforta como profissional estar  
197 inserido em uma equipe que tem isso como uma premissa. Então vamos em  
198 frente, 25 anos, para nós, já é adulto, mas muita história de vida para ser  
199 contada.” Conselheiro Frederico Drumond Martins: “Dois comentários sobre as  
200 contribuições dos conselheiros. O conselheiro Carlos tem toda razão de  
201 reivindicar a informação se as contribuições foram consideradas no plano de  
202 manejo, mas há que se ver também, nessa informação, se as autuações, as  
203 multas na Área de Proteção Ambiental do Mucuri, na cidade de Ladainha, estão  
204 relacionadas com restrições impostas pelo plano de manejo ou até se são  
205 outras restrições. Porque um plano de manejo não pode flexibilizar questões  
206 legais, por exemplo, de área de preservação permanente ou outras. E muitas  
207 vezes o que acontece nas áreas de proteção ambiental, nas APAs, é que a  
208 legislação é muito semelhante ao que está fora da APA, e o que difere é o

209 controle. Então na APA se tem ali, na verdade, mais controle. E se aplica a  
 210 legislação até que vale para fora. É claro que é um conflito que tem que ser  
 211 observado, mas é importante também verificar, se está tendo infrações, se elas  
 212 estão relacionadas com o plano de manejo ou outras questões. De qualquer  
 213 forma, eu acho que o encontro promovido lá é uma boa ideia, porque o diálogo  
 214 é sempre o melhor caminho para o esclarecimento. E sobre o Rola Moça,  
 215 parabéns para o parque. Eu acho uma grande conquista ter unidades de  
 216 conservação em um ecossistema tão ameaçado que é o Campo Ferruginoso. E  
 217 dentro dessa ideia de conectividade que foi levantada pela conselheira Lúgia,  
 218 com a qual eu concordo, eu quero informar que no final do ano passado,  
 219 através de um grande esforço, nós conseguimos, até com grande participação  
 220 do IEF e do Estado de Minas Gerais, garantir o reconhecimento do Mosaico do  
 221 Quadrilátero Ferrífero, que tem o Gandarela, o Rola Moça. Isso foi publicado  
 222 pelo Ministério do Meio Ambiente, no final de 2018, e depois que foi publicado  
 223 não conseguimos dar o próximo passo, que é fazer o encontro, o conselho  
 224 desse mosaico e ações, que era o principal objetivo, de conectividade entre as  
 225 unidades que compõem esse mosaico. Então uma oportunidade prática de  
 226 tentar investir na conectividade talvez seja retomar o processo de gestão do  
 227 Mosaico do Quadrilátero Ferrífero, que já está criado ou reconhecido. **4)**  
 228 **EXAME DA ATA DA 37ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 37ª  
 229 reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas,  
 230 realizada em 25 de setembro de 2019. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra,  
 231 UFV, SEE, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio e Sede. Abstenção: Secult.  
 232 Ausência: Ibama. Entidade suspensa: Crea. **5) NOVOS PROCEDIMENTOS**  
 233 **PARA REGULARIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. Apresentação:**  
 234 **Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).** Jeane Dantas de Carvalho  
 235 Tobelem, do IGAM, fez apresentação à Câmara sobre os novos procedimentos  
 236 para regularização de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, com base  
 237 no Decreto 47.705 e na Portaria 48/2019. Manifestações. Conselheiro Frederico  
 238 Drumond Martins: “Eu queria perguntar no caso de outorgas dentro de unidade  
 239 de conservação de uso sustentável, onde é possível, como o IGAM lida. Um  
 240 caso concreto é que, às vezes, na APA Cavernas do Peruvaçu, em Januária e  
 241 Itacarambi, perto de Montes Claros, tem situações em que a pessoa pede uma  
 242 autorização direta para a unidade para instalar o poço, e nós pedimos a outorga  
 243 para emitir. Segundo a chefe da unidade, a Daiane, o IGAM faz a mesma coisa,  
 244 só emite outorga se o ICMBio der autorização direta primeiro. Nós temos que  
 245 pactuar isso porque senão o usuário fica penalizado. Ele não tem culpa.” Jeane  
 246 Dantas de Carvalho Tobelem/IGAM: “Nós estávamos também com um caso  
 247 desse, porque realmente pedíamos que trouxesse a anuência da unidade de  
 248 conservação para que pudesse fazer a exploração ou a captação dentro da  
 249 unidade de conservação. Realmente, nós pedimos que traga uma anuência do  
 250 IEF para que seja feita a captação, para saber se a unidade de conservação  
 251 permite ou não permite e se pode ter. Então essa solicitação é feita, sim, pelo

252 IGAM.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
 253 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2019. 6.1) Atlântica Minas**  
 254 **Mineração Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minerais não**  
 255 **metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de**  
 256 **revestimento, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a**  
 257 **seco. Barão de Cocais/MG. Zona rural. PA 00131/1994/007/2009. Classe 3.**  
 258 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
 259 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE,  
 260 Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Ausência: Ibama. Entidade  
 261 suspensa: Crea. **6.2) Ambev S/A. Fabricação de refrigerantes e sucos,**  
 262 **inclusive quando associada à extração de água mineral e outras bebidas**  
 263 **não alcóolicas. Contagem/MG. PA 00039/1996/005/2007. Classe 5.**  
 264 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
 265 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE,  
 266 Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Ausência: Ibama. Entidade  
 267 suspensa: Crea. **6.3) Sadia S/A. Granja B. Avicultura de postura,**  
 268 **suinocultura e silvicultura. Uberlândia/MG. PA 03555/2009/001/2009. Classe**  
 269 **5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
 270 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra,  
 271 UFV, SEE, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Ausência: Ibama.  
 272 Entidade suspensa: Crea. **6.4) Sadia S/A. Granja D. Avicultura de postura,**  
 273 **suinocultura e silvicultura. Uberlândia/MG. PA 20278/2016/014/2017. Classe**  
 274 **5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
 275 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra,  
 276 UFV, SEE, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Ausência: Ibama.  
 277 Entidade suspensa: Crea. **6.5) Comércio de Areia e Cascalho Santa Rita**  
 278 **Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção**  
 279 **civil. Caxambu/MG. PA 00848/2017/001/2017. Classe 3. Apresentação:**  
 280 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
 281 Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Faemg,  
 282 Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Ausência: Ibama. Entidade suspensa:  
 283 Crea. **6.6) Holcim (Brasil) S/A. Mina Mata do Ribeirão. Lavra a céu aberto ou**  
 284 **subterrânea em áreas cársticas, com ou sem tratamento, pilhas de**  
 285 **rejeito/estéril 3 e estradas para transporte de minério/estéril. Prados/MG.**  
 286 **PA 00163/1995/035/2012. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação  
 287 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
 288 favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio,  
 289 Secult e Sede. Ausência: Ibama. Entidade suspensa: Crea. Destaques.  
 290 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O voto é favorável em todos. Só em  
 291 relação ao item 6.6, manifestar a discordância da Fiemg quanto à atualização  
 292 do Valor Contábil Líquido.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Fazer  
 293 também o mesmo registro feito pela Fiemg.” **6.7) Holcim (Brasil) S/A. Mina**

294 **Mata do Ribeirão. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas**  
 295 **com ou sem tratamento, estradas para transporte de minério/estéril e**  
 296 **pilhas de rejeito/estéril. Prados/MG. PA 00163/1995/041/2014. Classe 6.**  
 297 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
 298 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE,  
 299 Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Ausência: Ibama. Entidade  
 300 suspensa: Crea. **6.8) Holcim (Brasil) S/A. Mina Fazenda Invernada. Lavra a**  
 301 **céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento,**  
 302 **estradas para transporte de minério/estéril. Prados/MG. PA**  
 303 **00163/1995/040/2014. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação  
 304 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
 305 favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio,  
 306 Secult e Sede. Ausência: Ibama. Entidade suspensa: Crea. **7) PROCESSO**  
 307 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
 308 **DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS.**  
 309 **7.1) Votorantim Metais Zinco S/A. Lavra a céu aberto e subterrânea em**  
 310 **áreas cársticas com tratamento a úmido, minério de zinco; unidade de**  
 311 **tratamento de minerais - UTM; obras de infraestruturas (pátio de produtos).**  
 312 **Paracatu e Vazante. PA 00104/1988/047/2009, LP 024/2010, PA**  
 313 **00004/1979/037/2012, LP 019/2013, PA 00004/1979/039/2014, LP 034/2014,**  
 314 **PA 00004/1979/027/2007, LO 108/2008. Classe 5. Apresentação: URFBio**  
 315 **Noroeste. Retorno de vista: Fiemg e Sindiextra.** Processo baixado em  
 316 diligência pela Presidência conforme sugestão do relato de vista da Fiemg e do  
 317 Sindiextra. Presidente Cláudio Vieira Castro: “Nos termos da Deliberação  
 318 COPAM 177, Regimento Interno, artigo 27, § 9º, o presidente decide pela baixa  
 319 em diligência, com a ressalva de que a empresa, no prazo de até 90 dias,  
 320 apresente ao Escritório Regional uma nova proposta, uma readequação da  
 321 proposta apresentada.” **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME**  
 322 **DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU**  
 323 **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA**  
 324 **ATLÂNTICA. 8.1) Cemig Distribuição S/A. Linha de Distribuição Boa**  
 325 **Esperança. Ilícinea/MG. PA 10020000288/18. Apresentação: Escritório**  
 326 **Regional Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos  
 327 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE,  
 328 Ibama, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Entidade suspensa:  
 329 Crea. **8.2) Cemig Distribuição S/A. Implantação de Linhas de Distribuição.**  
 330 **Nova Lima/MG. PA 09010000427/18; Santa Luzia e Vespasiano. PA**  
 331 **09010000230/18; Patos de Minas e Varjão de Minas/MG. PA**  
 332 **11030000189/18; Ouro Preto e Taquaril/MG. PA 09010000771/17; RMBH. PA**  
 333 **137907/2013; Esmeraldas e Sete Lagoas/MG. PA 596/2014. Apresentação:**  
 334 **URFBio Metropolitana/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
 335 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra,



UFV, SEE, Ibama, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Entidade suspensa: Crea. **9) PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IV, ARTIGO 13, DO DECRETO Nº 46.953/2016. 9.1) Plano de Manejo da Estação Ecológica do Cercadinho. Apresentação: Consultoria Bio Teia Estudos Ambientais. Retorno de vista: Fiemg, Sindiextra, Faemg e Angá.** Item sobrestado para a próxima reunião, considerando inversão de pauta nesta sessão e o adiantado da hora. A retirada de pauta foi aprovada por unanimidade, com a ressalva de que o plano de manejo deverá constar como primeiro item deliberativo da próxima reunião. **9.2) Plano de Manejo Monumento Natural Estadual Serra do Gambá. Apresentação: Gimuc/IEF. Retorno de vista: Fiemg e Faemg.** Plano de manejo aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF, com as seguintes alterações e exclusões propostas no relato de vista da Fiemg e Faemg. Das normas para a Zona de Uso Conflitante. – Aprovada por unanimidade nova redação: “Não será permitida qualquer alteração da biota ou atividade de agricultura e agropecuária nas APPs previstas no Código Florestal, exceto nos casos permitidos, nos termos da legislação vigente.” Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, Ufv, SEE, Ibama, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Entidade suspensa: Crea. – Aprovada por maioria inclusão da seguinte exigência no texto geral do Plano de Manejo: “Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não, havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.” Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, SEE, Ibama, Faemg e Sede. Votos contrários: Ufv, Angá, ICMBio e Secult. Abstenção: Fapemig. Entidade suspensa: Crea. Justificativas de votos contrários à proposta. Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Eu posso justificar, obviamente, mas acho que é voto contrário à posição técnica do órgão ambiental que temos que justificar, não contra a proposta de conselheiros. De qualquer forma, eu justifique porque acho que não é questão de legalidade. Como o próprio Frederico falou, eu acho que temos que tentar deixar o plano de manejo mais sucinto possível, e isso é uma coisa já óbvia que está na Lei do Snuc, e, infelizmente, colocar isso no plano de manejo não vai garantir recurso para desapropriar unidade de conservação no Estado.” Presidente Cláudio Vieira Castro: “Eu entendo que realmente talvez não seja necessário apresentar então as justificativas, tendo em vista que estão acompanhando o parecer técnico.” – Aprovada por unanimidade nova redação: “Recuperar áreas degradadas e APP (obrigatoriedade do morador/proprietário)” Aprovada ainda a inclusão, como diretriz do Plano de Manejo, a seguinte exigência: ‘Obrigação ao órgão gestor: avaliação do melhor local para formação de corredores. Na zona de Uso Conflitante deve-se priorizar a recuperação das APPs que formam corredores ecológicos. Incluir a diretriz da formação de corredores ecológicos

379 como um programa dentro das ações do plano de manejo.” Votos favoráveis:  
 380 Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Ibama, Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e  
 381 Sede. Entidade suspensa: Crea. Recomendações gerais para a zona de  
 382 amortecimento. – Aprovada por unanimidade nova redação nos seguintes  
 383 termos: “Os proprietários/moradores que desenvolvem atividades silviculturais  
 384 (plantio e corte de eucalipto ou outras espécies florestais exóticas) no entorno  
 385 da UC, deverão obedecer às leis vigentes do Código Florestal Brasileiro e  
 386 normas estaduais e municipais vigentes, devendo sofrer a fiscalização  
 387 pertinente ao tema. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Ibama,  
 388 Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Entidade suspensa: Crea. –  
 389 Nova redação aprovada por maioria: “Os licenciamentos ambientais de  
 390 empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em seu  
 391 Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental  
 392 (EIA/RIMA), localizados na ZA da EE do Cercadinho, só poderão ser  
 393 concedidos após autorização do órgão responsável pela administração da UC,  
 394 nos termos da legislação vigente. A autorização deverá ser solicitada pelo órgão  
 395 ambiental licenciador, antes da emissão da primeira licença prevista, ao órgão  
 396 responsável pela administração da UC, que se manifestará, conclusivamente,  
 397 após a avaliação dos estudos ambientais exigidos dentro dos procedimentos de  
 398 licenciamento ambiental, a partir do recebimento da solicitação. Nos processos  
 399 de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos à elaboração de  
 400 EIA/RIMA e localizados na ZA da EE do Cercadinho, o órgão ambiental  
 401 licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC,  
 402 nos termos da legislação vigente. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, Faemg e  
 403 Sede. E voto de qualidade da Presidência. Abstenções: SEE, Ibama e Secult.  
 404 Votos contrários: Fapemig, Angá, ICMBio e UFV. Entidade suspensa: Crea.  
 405 Justificativas de votos contrários. Conselheiro Frederico Drumond Martins: “Eu  
 406 fui convencido pela argumentação da Angá de que, realmente, no Estado de  
 407 Minas Gerais estão sendo licenciados empreendimentos com significativo  
 408 impacto ambiental sem apresentação de EIA/Rima, o que, como eu disse, é  
 409 estranho, mas respeitando a doutrina do licenciamento do Estado. Por isso, eu  
 410 fui contra; e a favor de deixar o conceito de significativo impacto ambiental.  
 411 Porque é isso. Para mim, a leitura da Conama é essa, o EIA/Rima é um  
 412 instrumento para quando você identifica o impacto significativo.” Conselheira  
 413 Lígia Vial Vasconcelos: “Eu já deixei claro também que entendo que a anuência  
 414 do Estado deve ser atrelada ao significativo impacto ambiental, a questão da  
 415 nomenclatura do EIA/Rima. Ou se exige EIA/Rima nos moldes da Resolução  
 416 Conama 01/86 ou então se entende que é uma questão puramente de  
 417 nomenclatura. E aí se atrela ao significativo impacto ambiental e não à questão  
 418 de EIA/Rima. Por isso, a minha posição.” Conselheira Isadora Martin Vianna: “O  
 419 meu voto foi contrário, de acordo com a argumentação da Sra. Lígia, da Angá.”  
 420 Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Voto contrário pelos motivos já expostos.”  
 421 Proposta rejeitada. Na mesma votação deste item, foi rejeitada por maioria a

422 seguinte proposta apresentada pela Angá: “Não são permitidas atividades com  
423 significativo impacto ambiental sem autorização dos órgãos competentes e a  
424 anuência do IEF, o qual deverá analisar a pertinência da realização dos estudos  
425 necessários.” – Nova redação aprovada por unanimidade: “Todo  
426 empreendimento turístico implantado ou a ser implantado na ZA deverá atender  
427 às normas sanitárias e de proteção dos recursos naturais, bem como as deste  
428 Plano de Manejo. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Ibama,  
429 Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Entidade suspensa: Crea. –  
430 Aprovada por unanimidade a exclusão da seguinte exigência: “As edificações  
431 que vierem a ser construídas na ZA não poderão interferir na qualidade  
432 paisagística da UC. Votos favoráveis: Fiemg, Sindiextra, UFV, SEE, Ibama,  
433 Faemg, Fapemig, Angá, ICMBio, Secult e Sede. Entidade suspensa: Crea. **10)**  
434 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o  
435 presidente Cláudio Vieira Castro declarou encerrada a sessão, da qual foi  
436 lavrada esta ata.

---

437  
438 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

439  
440  
441 **Cláudio Vieira Castro**  
442 **Presidente suplente da Câmara de Proteção**  
443 **à Biodiversidade e de Áreas Protegidas**